

IAOD do Deputado Chui Sai Peng, Jose em 18.05.2023

Proposta sobre a construção de “Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base” no âmbito da ciência e tecnologia em Macau

A força da inovação científica e tecnológica é um suporte importante para o desenvolvimento de qualidade da Grande Baía. Segundo as “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía”, vai ser promovida a construção do corredor de inovação científica e tecnológica “Guangzhou-Shenzhen-Hong Kong-Macau” e construído em conjunto um centro internacional de inovação científica e tecnológica. Como Macau é um porto franco, apresenta vantagens internacionais, como o seu regime tributário simples, atrai muitos turistas, e é força motriz para o desenvolvimento das potências da Zona de Cooperação Aprofundada e para a abertura de alto nível do mercado industrial, possui a vantagem de ser uma porta internacional para atrair e articular recursos de inovação. Se Macau puder desempenhar melhor o seu papel de ligar o ciclo doméstico e o internacional, de mostrar ao mundo a “sabedoria chinesa” e de promover os “produtos tecnológicos chineses”, é provável que surjam efeitos mais fortes de sinergia e inovação entre as cidades.

Macau está sempre empenhado em desenvolver-se como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, “Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, e “Base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promova a coexistência de diversas culturas”, entre outros posicionamentos. Durante este processo, foi-se acumulando muita experiência ao nível dos serviços, da cultura e do turismo internacional, do comércio transnacional, das exposições e dos espectáculos artísticos, e da criatividade, entre outros. O Governo adoptou a estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1 + 4”, e vai continuar a promover as quatro indústrias principais: macro saúde, finanças modernas, tecnologia de ponta, convenções e exposições, comércio, e cultura e desporto. Assim, proponho ao Governo que aproveite a construção do centro internacional de inovação científica e tecnológica, apoie ainda mais Macau como “Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base” na área da inovação científica e tecnológica, para as “Histórias da Ciência e Tecnologia da China” se tornarem num novo patamar para aprofundar o posicionamento de Macau. Isto não só pode orientar novos caminhos para a actualização e o desenvolvimento das indústrias referidas, como também permitir que Macau, enquanto “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, seja “uma janela importante” para mostrar à sociedade internacional a abertura da Pátria ao exterior e o seu poder tecnológico.

Assim sendo, proponho o seguinte:

1. “Um Centro”: Transformar Macau num centro de experiência dos resultados da investigação e desenvolvimento da ciência e tecnologia inteligentes da China. Através da criação de condições e da implementação de políticas para incentivar as empresas do Interior da China com resultados científicos e tecnológicos de qualidade a introduzirem e aplicarem em Macau os produtos tecnológicos de ponta, nomeadamente, o Governo inteligente, o vestuário inteligente, a alimentação, a habitação e os transportes, para mais turistas do Interior da China e do exterior se aproximarem da “sabedoria chinesa” através da visita a Macau.

2. “Uma Plataforma”: Transformar Macau numa plataforma de comércio de produtos, serviços e propriedade intelectual, dominada pela criatividade digital. O recurso à promoção do lançamento em Macau de produtos, serviços e transacções de propriedade intelectual gerados pela economia digital pode não só elevar a imagem profissional de Macau no sector tecnológico e explorar novas atracções da diversificação económica, tornando-se num conteúdo característico das convenções e exposições modernas, como também partilhar com a sociedade internacional a “experiência chinesa”. A *Micro Connect* é uma grande nova tentativa, que merece uma expansão mais ampla e mais rápida.

3. “Uma base”: Construir uma base-modelo de integração profunda entre a ciência e tecnologia moderna e a história e cultura. Tomando como referência a “Exposição de Realidade Virtual nas Ruínas de S. Paulo” realizada com sucesso, explorar mais meios tecnológicos para dotar a essência cultural das mesmas, para enriquecer os elementos das culturas chinesa e ocidental de Macau e desenvolver a aplicação diversificada de “Produção Inteligente da China”.

Através da exposição, experiência e aplicação em Macau dos produtos tecnológicos de ponta da Grande Baía e até de todo o País, são acrescentados pontos e vantagens para Macau como cidade de ligação no corredor da inovação científica e tecnológica. Através da transformação numa “janela de ciência e tecnologia” para mostrar o poder da China, Macau pode contribuir para a Pátria acelerar a construção de uma “potência científica e tecnológica”, para a ciência e a tecnologia serem um forte suporte para concretizar a diversificação adequada da economia de Macau!

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 18.05.2023

Reforço dos recursos humanos e da vitalidade da economia

Olhando para os feriados prolongados da Páscoa e da semana dourada do 1.º de Maio, verifica-se que houve um aumento significativo do número de turistas. Na semana dourada do 1.º de Maio, Macau recebeu cerca de 500 mil visitantes, e a taxa média de ocupação hoteleira atingiu 85%, portanto, a economia continua a recuperar. Acredita-se que, com a boa notícia de que a Administração Nacional de Imigração vai retomar a passagem fronteiriça rápida, se vai promover ainda mais o movimento de pessoas nas fronteiras e a recuperação das actividades económicas, tais como o turismo, o jogo, etc., beneficiando as micro e as PME. Os negócios dos estabelecimentos de comidas e bebidas e lojas de lembranças nas zonas turísticas já voltaram ao nível registado antes da epidemia, mas, segundo o sector comercial, ainda é grande a diferença ao nível dos recursos humanos, o que impede o desenvolvimento dos negócios. A falta de recursos humanos também afecta a imagem de Macau como cidade turística a nível mundial.

Em poucos meses, os recursos humanos atingiram situações extremas, passando do excesso à falta. O Governo cumpriu a promessa de autorizar, rapidamente, as quotas das empresas que, por sua iniciativa, devolveram as quotas de importação de mão-de-obra durante a epidemia, mas, segundo muitos sectores, a mão-de-obra só voltou a metade do que era antes da epidemia, e a maioria não tem experiência, o que reduz a satisfação dos clientes e afecta a reputação comercial. As micro e as PME têm de recrutar mais pessoas e enriquecer os seus recursos humanos em pouco tempo, e com a rápida recuperação do mercado, os recursos humanos são cada vez mais escassos. Aliás, hoje em dia, as empresas do jogo e os hotéis também absorvem mão-de-obra no mercado local, por isso, as micro e as PME dificilmente conseguem competir em termos de salários e regalias, sofrendo assim grande pressão.

Há investidores interessados na abertura de lojas, uma vez que o mercado está a melhorar e as perspectivas económicas são boas, mas, os recursos humanos são o factor mais restritivo. De um modo geral, é difícil contratar trabalhadores locais para o sector dos serviços *low-cost*, e a abertura de estabelecimentos exige tempo e condições, e são muitas as incertezas, o que constitui um problema para muitos empresários que pretendem iniciar a sua actividade, e que até se afastam, reduzindo assim a vitalidade do crescimento económico.

Segundo os dados dos Serviços de Estatística, no primeiro trimestre deste ano a taxa de desemprego desceu para 3,9 por cento, o que demonstra que, face à recuperação gradual do mercado, a oferta de mão-de-obra local continua insuficiente. Com vista ao desenvolvimento económico, à melhoria da qualidade de vida da população, e à garantia do emprego e desenvolvimento das empresas, interpelo sobre o seguinte:

1. Perante a situação positiva do emprego, o Governo deve adoptar políticas favoráveis aos recursos humanos e aliviar a falta de mão-de-obra das micro e PME, com vista a dar mais espaço de desenvolvimento aos empresários.

2. Os investimentos em novas empresas são uma mais-valia para a economia, pois, vão trazer oportunidades de emprego, portanto, devem ser incentivados e apoiados. O Governo deve, então, facilitar as licenças, a verificação da segurança contra incêndios, as obras de remodelação, e procurar satisfazer, na medida do possível, os pedidos de contratação de não residentes, para as empresas poderem iniciar, o mais rápido possível, a sua actividade. Aquando da renovação da contratação de não residentes, o Governo deve, de acordo com a realidade, ajustar a proporção entre trabalhadores locais e não residentes. Quanto à autorização de importação de mão-de-obra para a restauração, o Governo deve ter em consideração o número de trabalhadores, a situação de exploração, o ritmo de desenvolvimento, etc., e não apenas a área do estabelecimento.

3. Quanto ao aproveitamento dos recursos humanos locais, o Governo deve rever e verificar se as leis e os regulamentos relativos aos trabalhadores domésticos não residentes dão resposta à situação actual, e criar condições para as donas de casa poderem regressar ao mercado de trabalho, com vista a aliviar os problemas da falta de mão-de-obra local.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 18.05.2023

Há que encontrar formas para aumentar o consumo nos bairros comunitários de Macau

Com a recuperação do turismo, a economia local tem vindo a melhorar gradualmente. Segundo os dados, no primeiro trimestre deste ano, o número de turistas foi de 4,96 milhões, quase equivalente ao número total do ano passado.

Durante a epidemia, as pequenas e médias empresas (PME) sofreram impactos de diferentes níveis. Agora, com a recuperação do turismo e do consumo, o ambiente de negócios melhorou, assim, os lojistas naturalmente esperam que haja mais negócios e clientes. Hoje, gostaria de falar sobre algumas ideias para promover a economia nos bairros comunitários.

Há alguns anos, os serviços competentes começaram a trabalhar no sentido de promover a economia comunitária, mas, devido à epidemia, abrandaram o seu ritmo. Recentemente, houve longas filas de espera nas lojas que são populares nas redes sociais, situação que bem demonstra que as lojas antigas têm boa base, enquanto as lojas novas também são atractivas para os turistas. Agora é uma boa altura para promover o consumo nos bairros comunitários, portanto, o Governo deve adoptar medidas para atrair os consumidores a entrarem nos diversos bairros comunitários, dinamizando o ambiente de negócios para o comércio a retalho, a restauração e as lojas com características próprias.

O Mercado Nocturno do Pagode do Bazar, a Feira de Artesanato do Tap Seac, etc. foram bem acolhidos, portanto, pode-se ponderar organizá-los noutros bairros comunitários; o ambiente das feiras também pode ser melhorado, por exemplo, colocar mesas e cadeiras no Largo do Pagode do Bazar, para as pessoas poderem sentar-se e desfrutar da gastronomia. É necessário criar uma conexão entre as zonas, por exemplo, o “Arraial na Ervanários” conseguiu fazer a ligação entre o Mercado Nocturno do Pagode do Bazar e as lojas da Calçada do Amparo. Quanto à sinalização e aos reclamos luminosos colocados nos pontos turísticos, devem ser instalados noutros locais adequados, com vista a fornecer orientações para os turistas entrarem nos bairros, acabando por surtir o efeito de “uma rua dinamizar toda a zona e a ligação de uma zona com outra zona”.

Por outro lado, os lojistas, para além de utilizarem os *websites* de vídeos curtos do Governo e dos meios de comunicação social para promover as características de Macau, podem ainda utilizar alguns *websites* com características próprias, por exemplo, o “Xiaohongshu”, o mais popular utilizado pelos turistas do Interior da China para procurar estabelecimentos de restauração. Os serviços competentes podem organizar acções de formação flexíveis para os lojistas, divulgando-lhes as características e os métodos de utilização desses *websites*, para que os lojistas aprendam a fazer *marketing online* e a promover os seus produtos *online* junto dos turistas. Os serviços públicos podem ainda desenvolver plenamente o papel das associações civis, cooperando com as associações industriais e comerciais das diferentes zonas, para assim desenvolver bem o seu trabalho. Vamos todos encontrar soluções para animar o consumo em Macau!

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 18.05.2023

Destacar o efeito de “Cidade Criativa de Gastronomia” como cartão-de-visita

O sector da restauração de Macau é rico e diversificado, com gastronomia de todo o mundo, comida caseira, pratos típicos e petiscos típicos espalhados por todos os cantos da cidade, como os pastéis de nata portugueses, as sanduíches com “corned beef” e ovos, o arroz com “cha siu” e ovos estrelados, os bolinhos de amêndoa, etc., bem como a “comida macaense” decorrente da fusão entre as culturas oriental e ocidental, e ainda a “massa de Jook-Sing” com três gerações de história, em alguns estabelecimentos de comes e bebes... Estas iguarias típicas não são apenas fruto da transmissão de habilidades, de geração em geração, pelos “mestres da culinária”, pois estes associam a comida a elementos humanistas, como, amor familiar, fé, família, etc., incluindo na comida o seu anseio pela vida e o amor por esta cidade.

Em 2017, Macau foi designada como “Cidade Criativa de Gastronomia”, mas, ao longo dos anos, para além do “Festival de Gastronomia”, que se realiza uma vez por ano, foram poucas as actividades relacionadas com a gastronomia. Segundo o “website” do IPIM, este ano vão ser realizadas 73 actividades de convenções e exposições, das quais menos de 10 estão relacionadas com a gastronomia, assim, o efeito de cartão-de-visita de cidade gastronómica não está a ser maximizado.

Em Hong Kong, por sua vez, têm sido realizados diversos eventos gastronómicos, pois só em Maio já foram realizados eventos como o “Hong Kong International Food Culinary Classic (HKICC)” e a “Global Fine Food Expo”, atraindo chefes de cozinha internacionais para participarem em competições; por outro lado, o “website” do “Hong Kong Tourism Board” tem uma página específica com informações sobre a gastronomia típica local, combinando a gastronomia com a cultura local, satisfazendo não só as necessidades dos residentes e visitantes em termos de refeições, lazer e visitas, bem como elevando de forma global a imagem da cidade.

Há que envidar mais esforços na promoção do turismo de Macau, em conjugação com os centros históricos e culturais de Guangdong, Hong Kong e Macau e a respectiva história; promover as características gastronómicas e culturais; construir uma cidade com renome internacional, com condições ideais para viver e visitar; e construir a imagem de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer, caracterizado pela fusão de diversas culturas.

Assim sendo, apresento as seguintes opiniões:

1. Para maximizar melhor o cartão-de-visita de Macau enquanto “Cidade Criativa de Gastronomia”, as autoridades devem aprender com as experiências das regiões vizinhas e organizar, periodicamente, actividades e competições gastronómicas, por exemplo, competições de culinária da Grande Baía ou competições internacionais de culinária, etc., para atrair a participação de chefes de cozinha excelentes de todo o mundo, para

competirem e aprenderem uns com os outros, bem como atrair visitantes nacionais e estrangeiros.

2. Há que aproveitar as plataformas sociais, os vídeos, o “design” gráfico, etc. para divulgar as actividades gastronómicas e captar a atenção das pessoas para a cultura gastronómica, mostrando, de forma plena, a riqueza e a diversidade da cultura gastronómica de Macau, proporcionando aos visitantes de todo o mundo uma experiência gastronómica e cultural única e inesquecível.

3. O desenvolvimento sustentável da gastronomia de Macau depende da formação de talentos. As autoridades devem incentivar as instituições de ensino superior a criarem cursos ou disciplinas especializadas nesta área, com vista à formação e reserva de cozinheiros qualificados para Macau. Há que desenvolver o reconhecimento de capacidades técnicas e criar condições para abrir canais de formação de quadros técnicos qualificados, o que, a longo prazo, vai contribuir para a promoção da reconversão e valorização da indústria gastronómica local e das indústrias relacionadas com o turismo.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 18.05.2023

Aumentar gradualmente a duração da licença de maternidade através do subsídio complementar e aperfeiçoar as garantias de emprego e no trabalho das mulheres

Em 2020, foram revistos vários conteúdos da “Lei das relações de trabalho”, foi aumentada a licença de maternidade remunerada e foi lançado, em simultâneo, o subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade, como medida transitória, no sentido de promover a harmonia familiar e dar tempo aos empregadores para se adaptarem. Segundo as normas, o prazo de atribuição do referido subsídio termina em breve e a DSAL afirmou que ia proceder à sua revisão, sublinhando que os direitos e interesses dos trabalhadores não iam ser, entretanto, prejudicados. Porém, o que o Governo precisa de rever não é só o subsídio, precisa de manter o espírito legislativo daquela altura, isto é, aumentar, de forma planeada, o número de dias da licença de maternidade e completá-la com o prolongamento da atribuição do referido subsídio, a fim de reforçar as garantias de emprego das trabalhadoras.

Com a entrada em vigor da Lei das Relações de Trabalho, em 1984, as garantias laborais das mulheres melhoraram, mas há ainda muito a fazer. Por exemplo, a licença de maternidade remunerada, que inicialmente era de 30 dias, só ao fim de 40 anos é que passou para apenas 70 dias, e mesmo assim é inferior aos 90 dias das funcionárias públicas, e em comparação com o Interior da China, Hong Kong e muitos outros países e regiões, ainda estão em falta muitos dias; e mais, está ainda muito abaixo do padrão estabelecido na Convenção n.º 183 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Protecção da Maternidade. No entanto, apesar das constantes discussões e solicitações da sociedade, o Governo não apresentou nenhuma proposta concreta para o aumento gradual da duração da licença de maternidade, no sentido de dar uma resposta clara à sociedade.

É de salientar que os Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau (2019-2025), propostos pelo Governo da RAEM e aprovados na reunião plenária do Conselho para os Assuntos das Mulheres e Crianças, definem claramente a garantia dos mesmos direitos laborais para as mulheres e o reforço das garantias laborais durante a gravidez e no pós-parto, entre outros objectivos, e medidas de longo prazo para o período entre 2023 e 2025, incluindo um estudo para introduzir normas legais e políticas de incentivo para uniformizar a duração da licença de maternidade nos sectores público e privado. Mas, o Governo ainda não divulgou o respectivo plano de trabalho à sociedade, então, como é que se vai concretizar o objectivo em causa nos próximos dois anos e tal?! O que nos preocupa é que o plano não passe de meras palavras ocas.

Apelo ao Governo para aproveitar a oportunidade de revisão do subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade, para estudar o prolongamento da licença de maternidade e a optimização das normas que garantem o direito à procriação. Assim, tendo como objectivo a uniformização da duração da maternidade nos sectores público e privado, em primeiro lugar, pode considerar-se o seu aumento gradual e faseado e dar-se continuidade à atribuição do referido subsídio aos empregadores, como medida transitória, e só depois planear a sua articulação com as recomendações das convenções internacionais de trabalho, para salvaguardar melhor a

saúde física e mental das trabalhadoras após o parto, apoiá-las nos cuidados aos seus filhos recém-nascidos, promover e apoiar a amamentação, e fomentar o aperfeiçoamento das políticas favoráveis à família e ao trabalho.

A lei prevê um regime de protecção das trabalhadoras, por exemplo, a proibição de as destacar para trabalho inadequado durante a gravidez e após o parto, e de as despedir, unilateralmente e sem justa causa, porém, o mecanismo de garantia é manifestamente insuficiente, e o custo da violação das normas em causa é também bastante baixo, pois, olhando para as regiões vizinhas, verifica-se que as sanções são rigorosas para o despedimento sem justa causa e a designação das grávidas para trabalhos pesados e perigosos. Solicito então ao Governo que olhe para o ponto de situação da aplicação do mecanismo legal de garantia nos últimos dez anos e reveja, activa e atempadamente, a lei vigente, para aperfeiçoar o mecanismo e garantir melhor os direitos e interesses laborais das trabalhadoras, especialmente das grávidas e parturientes.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 18.05.2023

Sensibilização sobre o reconhecimento mútuo das cartas de condução

Recentemente, entrou em vigor o reconhecimento mútuo das cartas de condução entre Macau e o Interior da China, e os requisitos, as informações necessárias e os procedimentos para o requerimento da carta de condução do Interior da China por parte dos residentes de Macau já estão no site dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e na conta pública de Wechat da Polícia de Trânsito de Zhuhai. Os residentes podem fazer a marcação nesta conta de Wechat, e apresentar o pedido, entregar a documentação, e levantar a carta no mesmo dia. Segundo informações, no primeiro dia de funcionamento dos sete postos de atendimento da Polícia de Trânsito de Zhuhai, foram preenchidas num instante 280 vagas de marcação, e as vagas desta semana também estão cheias, o que demonstra a expectativa e o entusiasmo dos residentes em relação ao reconhecimento.

Este regime é um elo na integração dos residentes de Macau na Grande Baía, facilita o aprofundamento do conhecimento dos residentes de Macau sobre as cidades da Grande Baía, e promove o intercâmbio e a cooperação entre as duas regiões. Com esta política, o Governo deve também prestar atenção aos problemas reais que os residentes de Macau enfrentam ao conduzir no Interior da China, para minimizar os efeitos negativos. O que merece mais atenção são as diferenças entre as regras de condução, a situação rodoviária e os hábitos de Macau e do Interior da China. Quando os residentes de Macau recebem a carta de condução do Interior da China, têm de assistir a uma sessão de sensibilização durante meia hora, para aprender rapidamente as regras relacionadas com a condução no Interior da China, e prestar juramento.

Atendendo à implementação da política, foram lançados vários vídeos sobre o trânsito de Macau na página electrónica dos Serviços para os Assuntos de Tráfego. No entanto, são relativamente poucas as informações sobre o trânsito no Interior da China destinadas aos condutores de Macau. Assim, espero que o Governo lance infografias e vídeos informativos, destacando as diferenças entre o Interior da China e Macau, para os condutores de Macau conhecerem antecipadamente a situação do trânsito do Interior da China. Mais, o Governo pode organizar, de vez em quando, palestras sobre os cuidados ao conduzir no Interior da China, fornecendo informações sobre os hábitos de condução, tratamento de acidentes de viação, e formas de pedir socorro, para os condutores de Macau tirarem bom proveito da política de circulação de veículos de Macau no Interior da China e conduzirem com segurança nas cidades da Grande Baía.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 18.05.2023

Prestar atenção à grave situação dos esquemas de troca de dinheiro e garantir a segurança pessoal dos trabalhadores dos casinos

Há dias, registou-se um caso de agressão num casino entre dois grupos de jogadores, que chocou a sociedade e afectou gravemente a imagem de Macau enquanto cidade turística. Felizmente, este caso não afectou os trabalhadores nem as pessoas presentes no casino, mas destacou os riscos de segurança nos casinos e zonas circundantes e na protecção da segurança dos trabalhadores, portanto, o Governo e as empresas do jogo devem avaliar as medidas existentes, ver se estas são suficientes para fazer face a situações imprevistas, com vista a assegurar a estabilidade social e a segurança dos trabalhadores.

Há sempre lutas nos casinos, e perante situações imprevistas, os *croupiers* só podem proteger bem as fichas e permanecer nos seus lugares, e os trabalhadores da segurança têm dificuldade em intervir porque não têm poder para aplicar a lei, e sob a falta de garantias suficientes, também se preocupam com a sua segurança pessoal e eventuais acções judiciais, caso haja feridos ou contacto físico durante o processo. Para além disso, é frequente os trabalhadores serem tratados de forma desrespeitosa pelos clientes, mas, até ao momento, não há medidas de apoio adequadas para defender os seus direitos e interesses.

O sector do jogo é pilar da economia, mas, ao mesmo tempo que se dá importância à economia e à recuperação do turismo, é necessário criar um ambiente de trabalho bom e seguro. As empresas do jogo prometeram ao Governo o aumento do pessoal de segurança, o reforço das medidas de segurança na linha da frente e o aperfeiçoamento do mecanismo de comunicação, com vista a permitir uma rápida intervenção dos serviços executores da lei no tratamento de incidentes imprevistos. Espera-se que os serviços competentes e as empresas em causa melhorem a segurança nos casinos, aumentem o número de agentes executores da lei destacados nos casinos, optimizem o mecanismo de segurança e as instalações complementares, e elaborem e adoptem medidas suficientes e orientações claras, para melhor garantir a segurança dos trabalhadores e estes poderem trabalhar sem preocupações.

Devido à redução do número de turistas e das actividades de jogo, em 2021 e 2022, os crimes relacionados com o jogo desceram quase para metade face a 2019, ou seja, antes da epidemia. Mas, com o relaxamento da passagem fronteiriça, o número de turistas aumentou significativamente, portanto, receia-se que voltem as actividades ilícitas, como a troca ilegal de dinheiro e actividades violentas e usura, e que o *modus operandi* seja mais oculto. Os cambiadores ilegais, vulgarmente conhecidos por “burlões de troca de dinheiro”, põem em causa a segurança de Macau e dão origem a crimes de burla e de sequestro, ou até a crimes violentos, como ofensas corporais graves e homicídio, aliás, entre 2021 e Maio de 2023, registaram-se 5 homicídios relacionados com câmbio ilegal.

Neste momento, os referidos burlões já passam a funcionar nos casinos como grupos profissionais, e quando é eliminado um grupo, aparece logo um novo. Mais, as sanções para estes burlões são demasiado leves, depois de detidos são expulsos e proibidos de

entrar em Macau, mas isto dificilmente surte efeitos quando se trata de residentes. Em suma, os efeitos dissuasores não são suficientes. Além de reforçar as inspecções, o Governo deve ainda estudar a viabilidade de criminalizar estes actos e de aumentar as sanções, para reforçar a punição e reprimir o problema.

Segundo me informaram alguns residentes, alguns grupos criminosos recorrem a portadores de deficiência para a prática da “burla de troca de dinheiro”, por isso, exorto os serviços executores da lei e o Instituto de Acção Social a prestarem atenção à situação, com vista a proteger os grupos vulneráveis, evitando que sejam aproveitados pelos grupos criminosos.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 18.05.2023

Promoção activa de medidas amigáveis e apoio ao desenvolvimento saudável das famílias

O Dia Internacional da Família é assinalado anualmente pela Organização das Nações Unidas a 15 de Maio, e o tema deste ano é “Tendências Demográficas e Famílias”, com o objectivo de promover o conhecimento da sociedade sobre o impacto das tendências demográficas nas famílias, incluindo o aumento do rácio de dependência na sociedade e na família devido à queda da taxa de natalidade, bem como a diminuição da força laboral, entre outras questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável da sociedade e da economia.

Com o desenvolvimento social, as famílias em que ambos os cônjuges trabalham, e por turnos, são comuns, e muitos casais não conseguem cuidar dos filhos nem dos idosos e lidar com as tarefas domésticas triviais, por ambos terem de trabalhar, o que afecta, significativamente, o desenvolvimento saudável da família. Muitos recém-casados ou casais que têm apenas um filho manifestaram a preocupação com a impossibilidade de assumir, ao mesmo tempo, as responsabilidades no trabalho e na família, a diminuição da qualidade de vida ou a eventual perda de oportunidades de promoção profissional, por isso, não têm vontade de ter filhos ou de ter mais filhos. Face à taxa de natalidade de Macau que se encontra num nível historicamente baixo, situação que é mais grave do que na maioria dos países e regiões desenvolvidos, como definir políticas, a vários níveis, para apoiar o futuro desenvolvimento das famílias e da população será um assunto importante que merece a consideração de toda a sociedade, incluindo o Governo.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Aperfeiçoar o planeamento global das políticas e medidas demográficas. Tomando como referência as experiências do País, deve definir-se um plano demográfico de longo prazo, nomeadamente, estratégias para a optimização dos cuidados e educação, da harmonia familiar, do apoio económico e do ambiente habitacional, tendo em conta a “Lei de Bases da Política Familiar”.
2. Sensibilização para a concepção correcta de casamento, relação amorosa e família. Em articulação com o “Plano de educação para a vida e família”, deve-se apoiar activamente as associações e instituições de ensino superior na prestação de serviços de educação e orientação sobre as relações entre os dois sexos, casamento e procriação, entre outros conceitos ligados à família, e aperfeiçoar a rede de apoio global no processo de constituição da “família”.
3. Apoio às famílias em situação vulnerável para melhorar a qualidade de vida. Tendo em conta a degradação da qualidade de vida de algumas famílias por razões físicas e psicológicas, económicas ou de prestação de cuidados, propõe-se o aperfeiçoamento, o mais breve possível, do subsídio para cuidadores e a implementação do subsídio para cuidadores de idosos, alargando o âmbito dos beneficiários e acelerando os procedimentos relativos ao acolhimento em creches e lares, a fim de melhorar as condições de vida das famílias em situação vulnerável.

4. Políticas amigas da família para apoiar e incentivar a procriação. Deve-se adoptar uma política de apoio familiar dando “primazia à lei e complementando-a através de subvenções”, para apoiar permanentemente as empresas, nomeadamente, aumentar as licenças remuneradas de maternidade, de paternidade e parentais, e o horário de amamentação; assim como estudar a promoção de um subsídio para a criação de filhos, com vista a aliviar os encargos financeiros e apoiar o desenvolvimento da família.
5. Criar um modelo de emprego adequado ao desenvolvimento familiar. Recentemente, lançou-se na Província de Guangdong um documento de consulta sobre a implementação de um modelo de emprego para as mães, com vista a incentivar as empresas a adoptarem medidas de horário flexível e a se contratarem cuidadores femininos para o mercado de trabalho. Sugeriu-se que a sociedade apoie activamente este conceito, proporcionando mais oportunidades e postos de trabalho para pais e mães que necessitam de cuidar das suas famílias, dando-lhes o respectivo valor, pois isso vai, ao mesmo tempo, colmatar a falta de mão-de-obra e criar uma situação *win-win* para a sociedade, empresas, famílias e indivíduos.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 18.05.2023

Promover a redução do custo de vida

Recentemente, a economia de Macau entrou numa fase de recuperação, mas, segundo alguns residentes, apesar de haver aumento de rendimentos em alguns sectores, alguns residentes não viram os seus rendimentos aumentados, enquanto outros, recém-empregados, não auferem salários satisfatórios. Segundo os dados estatísticos, no primeiro trimestre deste ano, a mediana salarial dos trabalhadores residentes foi de apenas 20 mil patacas, voltando ao nível registado há cinco anos, mas, actualmente, os preços dos produtos são obviamente muito mais elevados do que há cinco anos. Ao mesmo tempo, a taxa de desemprego dos residentes continua a situar-se nos 3,9 por cento, e o subemprego nos 2,7 por cento. Para os residentes que ainda não conseguiram ultrapassar as dificuldades económicas, para os idosos sem rendimentos ou com baixos rendimentos e para os portadores de deficiência, entre outros grupos vulneráveis, o custo de vida está cada vez mais elevado.

Segundo os dados disponíveis, o índice de preços no consumidor geral de Macau tem vindo a aumentar ao longo de vários meses consecutivos. Em Janeiro, registou-se um aumento anual de 0,77 por cento; em Fevereiro, um aumento de 0,09 por cento, em relação a Janeiro; e, em Março, um aumento de 0,08 por cento, em comparação com Fevereiro. Entre as categorias com maior aumento de preços incluem-se: refeições fora de casa, pão, fruta, salários dos empregados domésticos, propinas escolares, gasolina e electricidade. Na minha opinião, os referidos itens de consumo são as despesas indispensáveis de cada residente e família, e o aumento dos preços constitui um grande encargo económico e uma grande pressão para a vida da população.

Nos últimos anos, o Governo reforçou a fiscalização e a divulgação de informações sobre os preços praticados no mercado, mas os residentes continuam a enfrentar o aumento do custo de vida. Assim, proponho ao Governo que reforce a fiscalização e aproveite os megadados e outras tecnologias para criar um Governo digital, no sentido de fiscalizar, em tempo real, as variações dos preços dos produtos de primeira necessidade nas diversas fases de circulação, e de definir planos mais eficazes para a estabilização dos preços e a redução do custo de vida dos residentes. Ao mesmo tempo, o Governo deve dar apoio aos desempregados com dificuldades de sobrevivência, aos que auferem baixos rendimentos, aos idosos e aos portadores de deficiência, entre outros grupos vulneráveis, atribuindo-lhes apoios precisos e reforçando as medidas de apoio existentes.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 18.05.2023

Desprendimento de azulejos no Edifício Koi Nga

Na manhã do Domingo passado (7 de Maio), houve mais um desprendimento de azulejos das paredes exteriores do Edifício Koi Nga, em Seac Pai Van, e, felizmente, ninguém foi atingido pelos azulejos que caíram do 21.º andar. Os trabalhadores da Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana foram chamados, deslocaram-se de imediato ao local e avaliaram que a situação não apresentava perigo iminente. A empresa de administração acabou por vedar a área envolvida.

Recorde-se que, no ano passado, durante a passagem do tufão Chaba, houve queda duma grande área de azulejos no Bloco III do Edifício Koi Nga e, no vídeo que circulou na *internet*, via-se que os azulejos estavam pendurados na parede exterior. Na altura, quando foram entrevistados, alguns moradores disseram que tinham medo de ser atingidos, pois o desprendimento tinha começado há muito tempo em vários edifícios e, com a queda de azulejos com uma área tão grande, teriam de ter mais cuidado. Após o incidente, as autoridades entraram de imediato em contacto com o empreiteiro, que acabou por reparar a parte danificada e assegurou as respectivas despesas, para responder, o mais cedo possível, às exigências dos residentes e garantir a segurança dos transeuntes.

No entanto, no passado domingo, registou-se um novo caso de queda de reboco na parede exterior do Bloco 5 do Edifício Koi Nga, o que demonstra que o Governo ainda tem espaço para melhorar os trabalhos de prevenção, nomeadamente, com a chegada da época das tempestades tropicais e das chuvas. Segundo as previsões dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, Macau vai ser afectado por entre 5 a 8 tufões ao longo deste ano, dos quais pelo menos para 1 deve ser içado o sinal n.º 8 de tempestade tropical ou superior. Assim, proponho ao Governo que recorra, quanto antes, à técnica de traçado por infravermelho para proceder à respectiva inspecção, a fim de verificar o risco de queda de azulejos das paredes exteriores de cada edifício, e que informe atempadamente os proprietários para procederem à reparação e manutenção dos respectivos edifícios.

Ademais, o “Regime Jurídico da Construção Urbana” já entrou em vigor em meados de Agosto do ano passado, portanto, sugiro ao Governo que divulgue periodicamente a situação da implementação desse regime, incluindo os dados sobre a fiscalização e inspecção, a forma de tratamento dos casos, entre outros, e incentive os proprietários a procederem à reparação e manutenção dos seus próprios edifícios.

Entretanto, o Governo deve aproveitar a base de dados sobre os edifícios em estado de degradação, que já tinha estabelecido há muito tempo, para divulgar, quanto antes, os respectivos detalhes, ou, em alternativa, divulgar, trimestralmente, o número de advertências emitidas, para que a população em geral, nomeadamente, os proprietários, esteja mais consciencializada para assumir as suas responsabilidades legais, dando assim atenção ao tratamento da queda de revestimentos das paredes exteriores, a fim de evitar perigo para a vida e segurança dos peões.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 18.05.2023

Aperfeiçoar as leis e regulamentos sobre a segurança ocupacional e criar um ambiente de trabalho são e seguro

A segurança e a saúde ocupacional são aspectos importantes dos futuros trabalhos e também pressupostos da dignidade laboral. A OIT (Organização Internacional de Trabalho), para chamar a atenção da comunidade internacional, incentivar os seus membros a criar um ambiente de trabalho seguro para reduzir os acidentes de trabalho, definiu o dia 28 de Abril como Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, com o desejo de orientar a comunidade internacional a dar atenção aos graves problemas de segurança ocupacional e de doenças profissionais, e divulgar bons hábitos nesta matéria.

De facto, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem definido e promovido, como principais tarefas, a elaboração e a promoção de normas internacionais de trabalho no domínio da segurança e saúde ocupacional. Mais, das 6 propostas aprovadas na primeira reunião plenária após a sua criação, 3 tiveram a ver com segurança e saúde ocupacional e, até à data, aprovou mais de 40 instrumentos internacionais de trabalho em matéria de segurança e saúde ocupacional.

Na 110.º Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Junho de 2022, passaram a fazer parte dos princípios fundamentais e do quadro de direitos laborais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) as condições de trabalho seguras, para além dos princípios e direitos laborais fundamentais, da liberdade de associação, do reconhecimento efectivo do direito à negociação colectiva, da eliminação de todas as formas de trabalho forçado, da efectiva abolição do trabalho infantil e da eliminação da discriminação em matéria de emprego e profissão; e foram também incluídas na lista das convenções internacionais relevantes a Convenção 155 - “Convenção sobre a Segurança e Saúde Ocupacional (1981)” e a Convenção 187 - “Convenção Quadro para a Promoção da Segurança e Saúde Ocupacional (2006)”. Tudo isto demonstra que o reforço da segurança e da saúde no trabalho é já fortemente consensual a nível internacional.

Nos últimos anos, devido ao impacto da epidemia e ao reforço das acções de inspecção e divulgação sobre segurança e saúde ocupacional, os acidentes de trabalho diminuíram, porém, em 2022, perderam-se nove vidas em acidentes de trabalho, portanto, a situação ainda não está para optimismos. Na lista dos acidentes de trabalho, os primeiros três lugares são ocupados pelo sector das actividades culturais e recreativas, lotarias e outros serviços, seguido do sector da hotelaria e restauração, e dos sectores imobiliário e industrial. O sector da construção civil ocupa o quarto lugar, portanto, merecem a nossa atenção os acidentes de trabalho em todos estes sectores e não só no da construção civil.

A legislação sobre segurança e saúde ocupacional foi, na sua maioria, definida nas décadas de 80 e 90 e já não se adapta à actual conjuntura, por isso, há que revê-la e aperfeiçoá-la. Espero que, aquando da elaboração do regulamento administrativo complementar da “Lei da segurança e saúde ocupacional na construção civil”, as autoridades sigam o pensamento legislativo subjacente e aperfeiçoem, rapidamente, a

legislação sobre a segurança e saúde ocupacional de outros sectores, a fim de promover a melhoria da situação geral da segurança e saúde ocupacional.

O Governo está a promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia segundo o plano “1 + 4”, portanto, deve reforçar a previsão dos riscos para a segurança e saúde ocupacional das novas indústrias, a avaliação técnica e os estudos, para detectar potenciais riscos de segurança ocupacional, e tomar medidas preventivas eficazes.

Um ambiente de trabalho são e seguro implica estreita colaboração entre o Governo, empregadores e trabalhadores. Espera-se que as autoridades continuem a promover junto dos empregadores a garantia de um ambiente de trabalho são e seguro, a reforçar a consciência dos trabalhadores sobre a segurança e saúde ocupacional, e a promover, através da colaboração tripartida, uma cultura de segurança ocupacional e a criação dum ambiente de trabalho são e seguro.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 18.05.2023

Sobre o aumento da qualidade do turismo de Macau

Com os esforços do Governo e dos sectores sociais, o número de turistas tem aumentado após o levantamento das restrições transfronteiriças, desde o ano novo chinês, páscoa até à semana dourada do 1.º de Maio, e a recuperação do número de turistas do Interior da China e de Hong Kong foi mais notória do que a recuperação do número de turistas do exterior.

A economia está a aguardar a retoma a nível mundial. Apesar do fraco poder de compra dos turistas, estes têm uma crescente vontade de viajar. A forma de turismo e os interesses dos turistas tendem a ser mais diversificados, individualizados e aprofundados, especialmente entre os turistas do Interior da China, que gostam de partilhar experiências nas plataformas das redes sociais, o que implica novos desafios para o desenvolvimento do turismo e a criação da imagem turística de Macau.

Assim, a forma como se aperfeiçoam os elementos complementares turísticos, a capacidade de acolhimento da cidade e a atracção de turistas é crucial para criar uma boa reputação do turismo de Macau e atrair turistas. Sugiro, portanto, o seguinte:

1. O Governo deve efectuar um balanço da experiência da recepção de turistas durante o 1.º de Maio, a fim de organizar, de antemão, os trabalhos de atracção e recepção de turistas nos feriados de Tung Ng e nas férias de Verão, tomando medidas diversas para reforçar a atracção de turistas estrangeiros.

2. O Governo deve aperfeiçoar, com dedicação, os elementos complementares turísticos e as indicações sobre os pontos turísticos. Especialmente nas zonas turísticas mais frequentadas, os passeios pequenos e estreitos dificilmente conseguem suportar elevados fluxos de pessoas, e a circulação dos automóveis e a segurança dos peões acabam por ser afectados. Espera-se que seja reforçada, entre os turistas, a publicidade sobre as actividades características comunitárias que as empresas e organizações civis realizam, com vista à distribuição do fluxo de pessoas daquelas zonas por outros bairros e ao aumento da dinâmica económica dos bairros comunitários.

3. Os recursos humanos são um dos problemas que afectam vários sectores, tais como a hotelaria, os transportes, a venda a retalho, etc., cuja capacidade de acolhimento é insuficiente. Espera-se que o Governo promova, quanto antes, a resolução destes problemas, aumentando a qualidade dos serviços, para os turistas e residentes poderem ter experiências de qualidade nas suas deslocações.

4. Espero que o Governo acompanhe a evolução dos tempos e incentive o sector do turismo a inovar, constantemente e conforme as novas tendências e modas, os produtos e roteiros turísticos, e a realizar as vantagens decorrentes da cidade gastronómica e do seu cartão de visita no âmbito do património mundial. Há ainda que, em articulação com a implementação “Turismo +”, desenvolver excursões urbanas com profundidade e realizar

bem as grande competições, convenções e exposições, concertos, actuações artísticas, etc., a fim de aumentar o nível dos turistas e promover o respectivo consumo.

5. O Governo deve aumentar a divulgação do “Consumidor Online” e da arbitragem e da mediação transfronteiriças, para oferecer diversos canais aos turistas para a apresentação de opiniões e queixas, e reforçar o combate às burlas e demais criminalidades, assegurando a imagem de Macau enquanto cidade segura e adequada ao turismo e aumentando a confiança dos turistas em visitar Macau. Espera-se que sejam constantes os trabalhos de recolha e estudos aprofundados sobre a sensação dos turistas em relação à sua experiência turística em Macau, com vista ao aumento contínuo da qualidade do turismo de Macau, com base nos dados que suportam a tomada das respectivas decisões.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 18.05.2023

Aproveitar bem os recursos vantajosos do turismo de Macau e acelerar a integração no desenvolvimento do país

O Governo e os sectores sociais prepararam-se bem para receber turistas nos primeiros feriados prolongados do 1.º de Maio do Interior da China, procurando atrair, de bom grado e com os melhores serviços, mais turistas para Macau. Segundo dados do Governo, entraram em Macau cerca de 493 mil pessoas, com uma taxa de ocupação hoteleira de 85 por cento. O número registado neste feriado do 1.º de Maio recuperou 62 por cento do registado no período homólogo em 2019, portanto, a recuperação do mercado do turismo de Macau está a ser rápida. Com o impulso do sector do turismo, os sectores da restauração e venda a retalho também contaram com um aumento do seu desenvolvimento. Pode-se dizer que a prosperidade voltou ao mercado de Macau. Trata-se do resultado de uma difícil conquista que, portanto, merece ser valorizado e justifica a concentração dos esforços no aumento da marca “Turismo de Macau”.

Contudo, devido à estrutura dos recursos, os problemas de desenvolvimento com maior profundidade continuam a existir, como as “excursões a custo zero”, que gastam os recursos da população, as oscilações de preço dos quartos de hotel, que afectam o desenvolvimento saudável do mercado de turismo, e a ocorrência frequente de casos de burla a pretexto da troca de dinheiro e ainda de luta, etc., situações que prejudicam a imagem do turismo de Macau. O país atribuiu a Macau o posicionamento de cidade turística e de lazer a nível mundial, assim, a imagem do turismo tem a ver com o desenvolvimento de Macau a longo prazo e ainda com o desenvolvimento global do país. Perante as rápidas mudanças no desenvolvimento social e os ajustamentos e alterações da economia de Macau, para manter um bom desenvolvimento, Macau tem de ser resolutivo em acertar o desequilíbrio verificado no desenvolvimento do sector do turismo, aproveitando, de forma prospectiva, as novas oportunidades dadas pelo país para a integração no seu desenvolvimento, e o novo espaço de desenvolvimento que o país concede a Macau, isto é, a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, com vista a replanear o desenvolvimento do sector do turismo e de lazer a curto, médio e longo prazo, fazendo brilhar a marca “Turismo de Macau”, em prol da promoção de um novo aumento da sua economia, da concretização de um novo capítulo do desenvolvimento de Hengqin e da manutenção do desenvolvimento saudável e sustentável da economia de Macau.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Nos feriados do 1 de Maio, o número de turistas foi relativamente bem recuperado, mas é necessário dar atenção a alguns problemas que surgiram nesse período, por exemplo, guias turísticos ilegais, espancamentos nos casinos, preços elevados dos hotéis, etc., o que afecta a imagem turística de Macau. Com as férias prolongadas de Verão a chegar em breve, aproxima-se mais uma época dourada para o turismo de Macau. O Governo deve proceder a um balanço global dos trabalhos desenvolvidos nos feriados do 1

de Maio, para se preparar melhor para receber os turistas nas férias de Verão e criar uma melhor imagem turística de Macau.

2. Em Macau, a procura de alojamento em hotéis é maior do que a oferta, por isso, os preços dos hotéis mantêm-se elevados, causando até o surgimento do problema das pensões ilegais. O Governo prestou muita atenção a esta questão, mas, devido à falta de terrenos, não foi possível aumentar o número de quartos de hotel de acordo com as necessidades do desenvolvimento do mercado. No entanto, Hengqin é um espaço novo que o País apoia para o desenvolvimento de Macau e, após vários anos de desenvolvimento, continua a ser um espaço vazio, o que constitui um fenómeno bipolar, pois Macau está sobrelotada e Hengqin está vazia. Proponho ao Governo que, tendo em conta o desenvolvimento dos sectores do turismo e da hotelaria de Macau, proceda a um ajustamento adequado das actuais infra-estruturas de Hengqin, por exemplo, lançando medidas de apoio para incentivar a transformação do desenvolvimento comercial em desenvolvimento da hotelaria e do turismo, e promovendo o fluxo de recursos através de viagens entre Hengqin e Macau. Isto tudo pode suprir a insuficiência das instalações hoteleiras de Macau e complementar a força motriz do desenvolvimento industrial de Hengqin, a fim de melhorar a cooperação entre Guangdong e Macau na exploração de Hengqin.

3. Ao longo de mais de vinte anos de desenvolvimento da RAEM, para além do sector do jogo, o sector hoteleiro e de serviços tem sido mundialmente reconhecido, e a influência da sua marca tem vindo a formar-se gradualmente. Recentemente, o País lançou novas políticas para acelerar o desenvolvimento das indústrias culturais e turísticas, e as diversas províncias e cidades estão a acelerar a captação de investimento e a construção dessas indústrias. O Governo deve liderar os sectores, para aproveitar o novo período de desenvolvimento do País e incentivar a sua participação no desenvolvimento e na construção deste, especialmente quando Macau tem seis complexos de turismo e lazer, com hotéis de marca mundial e de competitividade turística relativamente boa e com equipas de pessoal qualificado na gestão dos serviços de turismo. Acredita-se que, com o aproveitamento dessas forças, poder-se-á contribuir para essa construção. Proponho ao Governo que, para além de reforçar a promoção dos serviços turísticos de Macau, promova a expansão das empresas dos sectores do turismo e da hotelaria para o exterior, articulando-se com o desenvolvimento conjunto dos projectos culturais e turísticos do Interior da China, para promover o crescimento e o fortalecimento das empresas de Macau. Ao mesmo tempo, há que desenvolver bem a exportação dos serviços através das empresas e ajudar os talentos de Macau a integrarem-se melhor no desenvolvimento nacional, criando novas forças para a construção e o desenvolvimento do País.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 18.05.2023

Seguir de perto as políticas nacionais de protecção ambiental e transformar Macau numa cidade verde e de baixo carbono

O Dia Mundial do Ambiente das Nações Unidas é celebrado todos os anos a 5 de Junho. Proteger os recursos ambientais e manter o equilíbrio ecológico é o espírito subjacente aos trabalhos da Direcção Nacional da Ecologia e do Ambiente para 2023. Ao mesmo tempo, com base no pensamento do Presidente Xi Jinping sobre o socialismo com características chinesas na nova era e sob a orientação do pensamento sobre a ecocivilização, há que implementar plenamente o espírito do 20.º Congresso e que lutar para alcançar a meta de "neutralidade de carbono" até 2060 e a construção duma sociedade chinesa moderna com o Homem e a natureza em harmonia.

Foram definidas para 2023 sete áreas-chave do trabalho de protecção do ambiente ecológico: a promoção da construção de uma bela China, do desenvolvimento verde com baixo teor de carbono e de alta qualidade, duma estratégia de prevenção e controlo da poluição, da salvaguarda da segurança do ambiente ecológico nacional, do controlo rigoroso da segurança nuclear e das radiações, da supervisão e aplicação da protecção do ambiente ecológico em conformidade com a lei, e da aceleração da melhoria do sistema de governação ambiental.

Macau deve acompanhar o desenvolvimento económico do País e seguir de perto as políticas de protecção ambiental nacionais. O Governo e os serviços públicos devem ser mais activos na utilização de veículos movidos a novas energias, devem fixar um prazo para o abate de veículos a gasolina e a diesel, e incentivar as grandes empresas a utilizarem equipamentos de conservação energética e de redução de emissões; incentivar a utilização de materiais amigos do ambiente na construção civil e adoptar medidas para a conservação de água e redução de emissões.

Há três factores que explicam o consumo de energia dos edifícios em Macau:

1. Macau tem verões longos, com temperaturas elevadas e muita humidade;
2. A temperatura nos recintos fechados é mais baixa em Macau do que no Interior da China (21 e 26 graus respectivamente);
3. O sector do jogo consome muita energia e funciona 24 horas por dia.

Devido a estes três factores, o consumo de energia e as emissões de carbono por unidade de área dos edifícios são 2 a 4 vezes superiores em Macau do que no Interior da China, portanto, há grande margem para reduzir essas emissões e poupar energia. As autoridades devem propor políticas de avaliação e de incentivo à poupança de energia e à redução das emissões de carbono, para ajudar a concretizar a estratégia de neutralidade carbónica.

No âmbito do apoio à poupança de energia e à redução das emissões de carbono, algumas das principais cidades do Interior da China (Pequim, Xangai, Jiangsu, Zhejiang, Guangdong, entre outras) já atribuem subsídios, os dos governos provinciais e municipais excedem em 30% o valor total do investimento; e os referidos governos exigem às empresas estatais e às instituições públicas a redução em 5% do consumo de energia por unidade até 2025.

Quanto à concretização da política ambiental, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Tomar como referência os trabalhos de promoção da redução das emissões de carbono dos governos provinciais e municipais do Interior da China, atribuindo subsídios às organizações e empresas para pouparem electricidade e adquirirem equipamentos limpos e eficientes em termos energéticos.

2. Macau pode tomar como referência as práticas do Interior da China, e otimizar a generalização da educação ambiental, educar os residentes, nomeadamente, os trabalhadores, os docentes e alunos, entre outros, para ficarem a conhecer melhor e reforçarem a consciência sobre a protecção ambiental, elevando a qualidade da protecção ambiental.

3. Reforçar a resposta às mudanças climáticas, controlar a poluição ambiental, criar condições para a protecção ambiental e ecológica, promover o desenvolvimento ecológico da economia e da sociedade, e melhorar a qualidade habitacional, de modo a construir uma cidade verde e com baixas emissões de carbono.

2023-05-18 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“A questão de Protecção e Segurança de Dados Pessoais”

A Lei n.º 8/2005, estabelece o regime jurídico do tratamento e protecção de dados pessoais. Contudo, e com alguma frequência, o nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos, tem recebido opiniões e questões relacionadas com a fiscalização e coordenação do cumprimento e execução da referida lei, nomeadamente no tocante ao regime de sigilo e fiscalização da sua execução. Estas responsabilidades cabem ao Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais (GPDB), a equipa de projecto, criada com carácter provisório, por Despacho do Chefe do Executivo n.º 83/2007, e tutela directa do Senhor Chefe do Executivo, cujo Gabinete deveria ser reestruturado numa Direcção de Serviços.

Destas questões, umas têm a ver com alguns bancos da RAEM que começaram a enviar, aos seus clientes, novos formulários com termos e condições gerais de abertura de conta e prestação de serviços, exigindo-lhes que os assinassem sob pena de aplicações de medidas "sancionatórias" unilaterais aos "infractores" (leia-se - clientes que não subscrevessem os termos a que as instituições bancárias os pretendiam obrigar), referindo que, relativamente aos Dados Pessoais, estes estariam protegidos pelo segredo bancário e nos termos da citada Lei da Protecção de Dados Pessoais (Lei n.º 8/2005).

No entanto, o conteúdo dos formulários estabelecia que ao aceitar os termos e condições gerais, os clientes expressamente autorizavam e consentiam que as instituições bancárias utilizassem, divulgassem e / ou transmitissem (fosse em Macau ou para fora do seu território) os seus Dados Pessoais e as informações financeiras e transacionais realizadas com todas as pessoas ou entidades que considerasse necessárias.

Ora, sendo dados pessoais, não deveriam ser partilhados com terceiros, por isso muitos clientes hesitaram em aceitar essa solicitação,

apesar das informações avançadas pela AMCM que estavam de acordo com as normas internacionais estipuladas pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, se um banco em Macau é um ramo ou filial de um banco no exterior, este deveria fornecer as informações necessárias ao banco de origem para fins de supervisão consolidada, o que é previsto nos artigos 9 e 10 da Lei do Sistema Financeiro, constituindo esta fundamentação legal um regime de excepção à Lei de Protecção de Dados Pessoais.

Mais recentemente, no dia 1 de Novembro de 2022, a Autoridade Monetária de Macau (AMCM) publicou, na sua página electrónica, e apenas na língua chinesa, a “Directiva sobre partilha de dados pessoais relativos ao crédito”. No entanto, e decorridos quase seis meses, não foi disponibilizada ainda, a versão portuguesa, bem como a respectiva anexação de todos os documentos relacionados com este assunto, seja devido à falta de intérpretes-tradutores ou a pura negligência desta entidade pública.

A “Directiva”, com as respectivas orientações, visa a partilha de dados privados e sensíveis de crédito pessoal, e fiança, de clientes entre as instituições de crédito de Macau, sem que tenha sido efectuada uma prévia auscultação aos cidadãos, ou às associações representativas dos direitos dos consumidores ao crédito bancário ou qualquer outra actividade bancária.

No contexto desta “Directiva” e surpreendentemente, a Caixa Económica Postal (CEP) começou a operar a Plataforma de Dados de Créditos (adiante designada por “Plataforma”), permitindo a partilha de relatórios de crédito pessoal dos clientes entre as instituições de crédito (bancos) participantes, tendo estas que pagar pela sua utilização, embora a recolha de dados seja facultada pelos próprios bancos.

Relativamente a esta “Plataforma”, ainda não foram divulgados os respectivos códigos de conduta, nem as normas de segurança da informação deste repositório centralizado de ficheiros informatizados de dados pessoais, nomeadamente a forma de encriptação para protecção

dos dados relativos aos créditos fornecidos por todas as instituições de crédito da RAEM, e de acesso pelo pessoal do CEP no manuseamento e gestão desta informação confidencial e esta não se responsabiliza pela destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento poder implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

Refere ainda, Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicação, (CTT) através da “Declaração de Exclusão de Responsabilidade”, que não se responsabiliza informação contida na “Plataforma”, entendendo-se como meramente informativo, e que “não garante, de qualquer forma, quer expressa quer implicitamente, que a informação seja completa, actualizada, exacta e rigorosa, não sendo também responsável, nem responderá por quaisquer perdas e danos resultantes da utilização das informações contidas na “Plataforma”.

Além disso, o acesso a esta “Plataforma” está também vedado aos particulares (clientes) com interesse directo, e legítimo, na informação partilhada de crédito pessoal, encontrando-se assim impossibilitados de exercer o seu direito de aceder à informação dos ficheiros informáticos que contenham os seus dados pessoais, incluindo o acesso à sua forma de armazenamento, organização e de utilização, em conformidade com o exposto na Lei n.º 8/2005 (Lei da Protecção de Dados Pessoais).

Neste contexto, deve o Governo remediar a situação e implementar com a máxima urgência os mecanismos de garantia da fiscalização e coordenação do cumprimento e execução da referida lei, no que concerne à qualidade e legitimidade de tratamento dos dados pessoais, nomeadamente o tratamento de dados sensíveis, e à transferência de dados pessoais para local situado fora do território da RAEM e justificar cabalmente as razões subjacentes de uma terceira entidade para implementar a dita Plataforma.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 18.05.2023

Adopção de várias medidas para atrair e dispersar os visitantes, beneficiando os diferentes sectores das zonas antigas

Nova ronda do cartão de consumo para estimular o mercado de consumo e apoiar as PME locais

Durante a última semana dourada do 1.º de Maio, Macau foi visitado por um grande número de turistas, registando-se novos máximos do número de entradas no território. Muitos pontos turísticos voltaram a estar lotados de multidões, e essa recuperação do turismo e do consumo injectou confiança no mercado. Nesse sentido, os esforços envidados pelo Governo, pela Secretaria para a Economia e Finanças, pela Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura e pelos serviços sob a sua tutela não podem ser esquecidos.

Porém, por trás do grande número de turistas, ainda há os velhos problemas da concentração excessiva do consumo turístico em certas zonas e também da distribuição dos visitantes, para que o negócio nas zonas antigas seja beneficiado. Muitos estabelecimentos comerciais, depois de terem sofrido o impacto da epidemia nos últimos três anos, ainda não conseguem usufruir do bónus das receitas trazido pelos sucessivos “booms” de visitantes. Segundo algumas vozes na sociedade, algumas das políticas de facilitação da passagem fronteiriça resultaram em perda do consumo na comunidade local. Independentemente de esta observação ser verdade ou não, o poder de consumo em Macau diminuiu devido ao impacto do actual ambiente económico, originando um desenvolvimento pouco equilibrado dos negócios entre as áreas turísticas e residenciais. Assim, além de continuar com o trabalho de promoção turística, o Governo deve também ter em conta a distribuição dos fluxos de turistas, definindo um plano estratégico para o seu desvio até aos bairros antigos através de medidas de controlo de multidões e de pré-marcação de visitas, e apoiando os comerciantes das zonas antigas a compartilharem os frutos do desenvolvimento económico por meio da “promoção das características próprias de cada bairro comunitário com programas maravilhosos todos os meses”.

Recentemente, no Interior da China, o churrasco “Shandong Zibo BBQ” tornou-se um popular evento “gourmet” amplamente divulgado na Internet, atraindo milhões de turistas para a cidade de Zibo e impulsionando, de forma geral, toda a economia local. Esse fenómeno de sucesso resulta das acções de publicidade e de “marketing”, bem como das estratégias de agregação do tráfego “online” e “offline”, e da política de resposta rápida do Governo daquela cidade. Trata-se também do resultado de coordenação em vários aspectos, como no transporte, na fiscalização do mercado, e no direccionamento e desvio dos visitantes. Assim, vale a pena que o Governo da RAEM e as autoridades competentes aprendam com a experiência de sucesso dessa cidade chinesa. Tal como se verificou antes, foram obtidos bons resultados nas acções de promoção das lojas típicas de Macau, realizadas pela Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico através de diversas plataformas digitais populares na China. O Governo deve promover e subsidiar mais comerciantes e microempresas locais, para que, colaborando com os meios

de comunicação e a indústria publicitária locais, participem em mais promoções nas plataformas do Continente, enriquecendo os elementos do turismo de Macau e estendendo a outros sectores económicos o bónus das receitas trazido pelos visitantes.

Por último, apesar da boa recuperação económica, os comerciantes e os cidadãos ainda precisam de algum tempo para recuperar a sua vitalidade e, com a mudança da estrutura económica, os rendimentos dos cidadãos diminuíram significativamente e o consumo diminuiu e tornou-se mais conservador, o que, certamente, afecta a economia nos bairros comunitários. Assim, solicito mais uma vez ao Governo e ao Secretário para a Economia e Finanças que considerem uma nova ronda de distribuição de cupões electrónicos de consumo, para acelerar a recuperação económica dos bairros comunitários e estabilizar a actual tendência de recuperação económica, que não foi fácil de obter.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 18.05.2023

Reforçar as medidas de apoio aos grupos vulneráveis, estabilizar os preços dos produtos relacionados com a vida da população, e resolver o problema de emprego dos recém-graduados

Macau foi afectada pela epidemia de Covid-19 durante 3 anos. Já se passaram mais de 5 meses desde o aligeiramento das medidas de controlo da epidemia, mas as “sequelas” ainda não foram devidamente atenuadas nem resolvidas, por exemplo, o aumento dos preços dos produtos, os problemas de desemprego e emprego, e as dificuldades de vida dos grupos vulneráveis e de sobrevivência das PME. Há que alargar o espaço de sobrevivência das PME e fazer com que a prosperidade do sector do turismo impulse os outros sectores. Como é que isto vai ser feito? Nos últimos meses, o número de turistas aumentou bastante, e Macau parece ter recuperado a prosperidade e a animação de antes da epidemia. Mas, temos de ter em atenção que, por detrás da prosperidade, há ainda muitas pessoas a lutar contra os “efeitos secundários” do atraso da economia.

Durante a epidemia, os desempregados não conseguiram arranjar emprego, só conseguiram sustentar-se com o trabalho a tempo parcial, e os rendimentos eram muito baixos. Em 2022, a taxa de subemprego foi de 6,9%, um aumento de 2,8% face a 2021. Os grupos vulneráveis, como idosos, famílias monoparentais, crianças com necessidades especiais, cuidadores e portadores de deficiência, só conseguem sustentar-se à custa de diversos subsídios e abonos, cujo valor não acompanha a subida vertiginosa dos preços dos produtos, dificultando as suas vidas. As medidas de apoio económico não conseguem apoiar plenamente estes grupos vulneráveis com dificuldades de sobrevivência e com baixos rendimentos, assim, o Governo deve lançar medidas mais concretas para os ajudar a aliviar a pressão do dia-a-dia.

Após a epidemia, os preços dos produtos subiram em flecha. O nosso Gabinete tem recebido muitas queixas dos residentes, apontando que o custo de vida em Macau até é mais alto do que em Hong Kong, por isso, cada vez mais residentes compram carnes e legumes em Zhuhai para vários dias. O Governo deve estabilizar e controlar os preços dos produtos, para evitar que os residentes sejam obrigados a deslocar-se a outras regiões para comprar bens de primeira necessidade, devido à instabilidade dos preços e ao elevado custo de vida.

Em Março de 2023, o índice de preços no consumidor foi de 104,28, mas isto, como é evidente, não consegue reflectir efectivamente a realidade da vida dos residentes. Este índice visa analisar o impacto das variações dos preços da venda a retalho dos bens de consumo e dos serviços sobre as despesas reais de subsistência dos residentes, e o método estatístico aplicado abrange alguns itens não relacionados com a vida da população, por exemplo, os bilhetes de avião, cujo preço diminuiu significativamente devido à epidemia, compensando parte do aumento. O índice de preços no consumidor reflecte a situação da inflação, e ao fazer estatísticas, é necessário conhecer, efectivamente, os diversos índices de vida da população, por isso, as estatísticas não podem ser interpretadas de forma parcial, e a recolha e a estatística de dados também não podem ignorar a realidade, em busca da estabilidade dos dados.

Em Junho e Julho, mais de 3000 estudantes vão graduar-se e procurar emprego, e o problema da acumulação de desempregados durante a epidemia ainda não foi eficazmente

resolvido. O Governo, em conjunto com as empresas da Grande Baía, lançou programas de estágio para estudantes do ensino superior, mas é ainda necessário prestar atenção à sua contratação, pelas empresas que oferecem estágios, após a conclusão do estágio. O Governo deve dar prioridade garantida de emprego aos locais e, ainda, acelerar a resolução do problema de emprego dos recém-graduados locais.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 18.05.2023

Saúde + turismo

Este ano, o Governo está a implementar vigorosamente a estratégia “1+4” para a diversificação adequada das indústrias, e a indústria dos cuidados gerais de saúde é uma das quatro principais indústrias emergentes a impulsionar. Segundo o plano de acção do Governo, as principais áreas a desenvolver são a medicina tradicional chinesa, a “saúde + turismo”, etc., e segundo as informações das autoridades, divulgadas nos últimos meses, prevê-se que a entrada em funcionamento do Complexo de Cuidados de Saúde tenha lugar, de forma faseada, até ao final deste ano. Aproveitando a oportunidade de construir um centro médico regional do País, Macau recorreu ao reforço da cooperação com o *Peking Union Medical College Hospital* para disponibilizar tratamentos nas áreas da oncologia, da estética e noutras especialidades na Grande Baía e nas regiões vizinhas. Macau tem boas infra-estruturas turísticas e experiência em serviços turísticos, tem também ricos recursos culturais e turísticos, e a oportunidade de explorar o Hospital das Ilhas em conjunto com o *Peking Union Medical College Hospital* vai contribuir para desenvolver o modelo “saúde + turismo”, favorecendo a atracção de turistas com necessidades médicas tanto do Interior da China como do exterior. Porém, a indústria dos cuidados gerais de saúde de Macau ainda se encontra numa fase inicial de desenvolvimento e está a enfrentar muitos problemas e desafios, o que exige esforços contínuos de todas as partes.

Gostaria então de apresentar as seguintes sugestões:

1. Tendo em conta que o Hospital das Ilhas vai entrar em funcionamento de forma faseada este ano, proponho ao Governo que comunique activamente com as indústrias conexas para melhorar ainda mais os serviços e fazer bom uso desse Hospital e dos hotéis e resorts de Macau, para se concentrarem na prestação de serviços e fazerem um bom trabalho na área da “saúde + turismo”. Há também que proceder ao estudo sobre a conjugação com as festividades e eventos típicos de Macau, tais como o Desfile do Dragão Dourado, o Grande Prémio, o espectáculo de fogo-de-artifício, a cidade gastronómica, etc., para criar uma vantagem diferenciada em relação a outras cidades chinesas e estrangeiras que oferecem cuidados de saúde, reforçando a cooperação com outras regiões e cidades chinesas no desenvolvimento da indústria dos cuidados gerais de saúde, de modo a explorar, inter-regionalmente, a complementaridade mútua das vantagens de recursos.

2. O Governo deve aproveitar as plataformas da rede para reforçar a divulgação sobre as instalações médicas e os serviços envolvidos, para criar condições favoráveis ao desenvolvimento da “saúde + turismo”, em prol do desenvolvimento das indústrias conexas em Macau.

3. A ideia do Governo desenvolver a “saúde + turismo” e a definição das respectivas políticas ajudam a promover o desenvolvimento da indústria dos cuidados gerais de saúde e também criam oportunidades para o desenvolvimento do mercado privado dos cuidados de saúde, proporcionando mais opções e oportunidades aos profissionais de saúde do sector privado. Espero que o Governo reforce a comunicação com as instituições médicas

locais, que as incentive a colaborar com instituições médicas estrangeiras para a introdução de tecnologia médica de qualidade, a fim de proporcionar aos residentes serviços médicos diversificados, desenvolver as indústrias da saúde e do turismo, e aumentar o nível geral dos cuidados de saúde, em prol do desenvolvimento conjunto dos serviços de saúde públicos e privados em Macau.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 18.05.2023

Reforçar o apoio ao sector do turismo, com vista à recuperação global da economia

Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), no primeiro trimestre de 2023, entraram em Macau 4 948 358 visitantes, um aumento de 1,6 vezes em relação ao período homólogo do ano passado. Durante os feriados da semana dourada do 1 de Maio (29 de Abril a 3 de Maio), registou-se uma entrada de 490 mil visitantes, um aumento de 2,6 vezes em comparação com o período homólogo do ano passado, isto é, 68 por cento do número registado antes da epidemia (em 2019).

Objectivamente, os dados referidos reflectem, em certa medida, a recuperação gradual do sector do turismo e, sob a tendência favorável, essa recuperação impulsiona também a melhoria dos sectores relacionados e da situação de emprego. Mas é de salientar que, desde o período de antes da epidemia até Março do corrente ano, os principais mercados de visitantes têm sido o Interior da China e Hong Kong. Com o ajustamento profundo do sector do jogo, a estratégia de desenvolvimento diversificado “1 + 4”, lançada pelo Governo, e a política de exploração de mais fontes de turistas internacionais, é previsível que, no futuro, a procura de recursos humanos e as exigências dos serviços do sector se vão alterar, especialmente no que diz respeito à capacidade linguística e às técnicas de atendimento. O Governo deve definir, quanto antes, planos para elevar a qualidade e as técnicas dos trabalhadores do sector, pois só assim é possível transformar Macau num centro mundial de turismo e lazer.

Por seu turno, durante a “semana dourada” do 1 de Maio, para além de muitas excursões de um dia de Guangdong a Macau, foram organizadas mais de 300 excursões entre Hong Kong e Macau, prevendo-se um aumento contínuo nas férias de Verão que se avizinham. Mas, segundo alguns operadores do sector, devido à suspensão das excursões em grupo durante a epidemia e à falta de clientes, muitos motoristas de autocarros de turismo mudaram de profissão, e alguns motoristas efectivos já atingiram o limite máximo de idade para a obtenção da carta de condução de veículos pesados de passageiros, assim, com a falta de novos motoristas, existe grande falta de recursos humanos, e o funcionamento e o desenvolvimento do sector vão ser afectados, situação que não pode ser ignorada.

É de salientar que o turismo e lazer integrado é uma indústria pilar e uma vantagem industrial de Macau. A recuperação estável do turismo é fundamental para a recuperação da economia global a curto e médio prazo. O Governo deve, tendo em conta a tendência do desenvolvimento do sector do turismo, apoiá-lo na resolução das actuais dificuldades, para, sob o pressuposto de efectuar bem e com estabilidade o “1”, promover e concretizar, de forma contínua, o objectivo de política “+ 4”. (4 linhas)

Assim, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Sugiro ao Governo que efectue, quanto antes, um planeamento e os preparativos para a elevação da capacidade de recepção e da qualidade dos serviços do sector do turismo, com vista à articulação com o objectivo de política da exploração de fontes de turistas internacionais, e que reforce o apoio ao sector para elevar o nível dos serviços prestados pelos trabalhadores, a fim de elevar a sua competitividade e de satisfazer a procura do mercado no futuro, promovendo, em conjunto, o desenvolvimento contínuo do sector do turismo e dos relacionados.

2. Sugiro ao Governo que tome como referência as cidades turísticas do Interior da China, criando visitas guiadas aos principais pontos turísticos e edifícios em diversas zonas de Macau. Por exemplo, pode-se, através da cooperação com os trabalhadores locais do sector do turismo, fornecer visitas guiadas profissionais aos turistas individuais, para lhes apresentar a história de diversas zonas de Macau, proporcionando aos visitantes de diferentes países e regiões mais experiências de visita, permitindo-lhes conhecer melhor a essência cultural de Macau e promovendo, em conjunto, o desenvolvimento cultural e turístico de Macau.

3. Proponho às autoridades que continuem a organizar cursos de formação e certificação para condutores de veículos pesados de passageiros, para atrair mais pessoas qualificadas e suprir a falta de motoristas de autocarros de turismo, e que considerem, sob o pressuposto de assegurar o cumprimento do requisito de aptidão física, o aligeiramento adequado da idade máxima de requerer a carta de condução de veículos pesados (tipo D2), com vista a aliviar a actual insuficiência de motoristas de autocarros de turismo.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 18.05.2023

Aperfeiçoar a educação universal e aumentar a literacia informática dos jovens

Com a chegada da era da digitalização, a forma como se aumenta a literacia informática dos jovens já é um tema importante, alvo de ampla atenção da sociedade. Segundo os dados da “Utilização da Tecnologia Informática dos Agregados Familiares”, divulgada pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), em 2022, a taxa de penetração de Internet era de 90 por cento e, entre as pessoas com a faixa etária entre os 15 e os 24 anos, esta taxa atingiu 99,5 por cento, portanto, praticamente uma cobertura total. Quanto às pessoas entre os 3 e os 14 anos de idade, a taxa de penetração também aumentou para 69 por cento. Com o desenvolvimento célere das tecnologias, verifica-se uma diversidade das plataformas de vídeos e redes sociais, a que se juntam abundantes vídeos *online*, que exageram e visam aumentar a popularidade e atrair visualizações, com um impacto enorme para os adolescentes. Mais, há indícios da tendência de estas actividades passarem para “*offline*”, com condutas perigosas cuja simulação pode pôr em causa a segurança pessoal dos jovens e constituir ameaças desnecessárias para os demais residentes. Dos dados e exemplos concretos resulta que é importante a educação da literacia informática desde a infância, para além da necessidade de aumentar a sistematização e a especificidade subjacentes às acções de ensino e divulgação.

Nos planos referentes aos jovens, o Governo define propositadamente o aumento da literacia informática dos jovens como um dos rumos e medidas a seguir na governação. Contudo, apenas foram introduzidos os respectivos elementos no ensino não superior, âmbito fora do qual a divulgação sobre a literacia informática está desactualizada, com uma grande margem para melhoria. Veja-se o exemplo do Plano de Acção 2023, integrante da Política de Juventude, onde existem 120 planos referentes à qualidade física e mental dos jovens, dos quais poucos têm a ver com a literacia informática. Quanto à educação familiar, são insuficientes os recursos que os pais podem tomar como referência, e não há plataformas exclusivas sobre literacia informática. Esta situação não consegue disponibilizar aos jovens um bom e sustentável ambiente de aprendizagem.

Pelo exposto, apresento, então, as três seguintes sugestões:

1. Aumentar as actividades e criar um ambiente saudável para o crescimento

O Governo, para além de organizar nas escolas mais exposições e palestras, deve planear actividades mais diversificadas e sustentáveis, alargar o alcance para jovens de diferentes faixas etárias, e aumentar a qualidade e a continuidade das actividades, por exemplo, tomar como referência a prática do Interior da China, na organização regular do plano de “Embaixador para a promoção da qualidade cibernética” dos jovens ou na introdução da “Semana da literacia dos média e da informação” da UNESCO, a fim de criar uma plataforma de intercâmbio e crescimento conjunto, sensibilizar o público para a utilização e a segurança da Internet, e divulgar a atitude correcta para a utilização da Internet através das redes sociais dos jovens.

2. Criar uma plataforma de informação unificada para reforçar o papel da educação

familiar

Em Macau, ainda não há uma plataforma de informações centrada na literacia da informação e no apoio à segurança electrónica, pois a página electrónica de informações sobre a educação parental criada pelos Serviços de Educação fornece apenas algumas referências educativas, o que reduz a eficácia da educação familiar. Assim, sugiro ao Governo que crie uma plataforma uniformizada para a divulgação de informações sobre a literacia informática, para divulgar e actualizar, atempadamente, os recursos educativos relacionados com as informações na Internet, por exemplo, informações sobre actividades, vídeos, recursos de aprendizagem, artigos jurídicos e de actualidade, e que coopere com as escolas para o lançamento de diferentes materiais e acções de formação, integrando-os nas estratégias dos pais através da combinação dos métodos “online” e “offline”, para elevar a educação familiar, e a popularização e o alcance da literacia informática.

3. Definir os indicadores de literacia informática e avaliar, de forma científica, a eficácia dos trabalhos

Os Serviços de Educação classificaram a literacia informática em vários tipos e áreas, e inseriram-na, de forma faseada, nos requisitos académicos básicos de todos os níveis de ensino, para fornecer aos alunos do ensino não superior orientações sobre o conteúdo pedagógico, em que a eficácia da aprendizagem é avaliada pelo pessoal docente. Esta prática aplica-se também na avaliação da eficácia dos trabalhos relativos à literacia informática dos jovens, portanto, sugiro às autoridades que definam os indicadores científicos e, com base nisto, efectuem, periodicamente, um inquérito sobre a literacia informática junto dos jovens de Macau, para servir de referência à avaliação da eficácia da concretização da “Política de Juventude de Macau” e ao melhoramento dos trabalhos no futuro.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 18.05.2023

Promover um desenvolvimento económico de qualidade e consolidar os resultados da boa governação

Sob a forte liderança do Chefe do Executivo, o Governo insiste na governação para o bem-estar do povo, colabora activamente com os sectores da sociedade para ultrapassar as dificuldades decorrentes da epidemia dos últimos três anos, e tem tomado várias medidas para promover o desenvolvimento socioeconómico após a pandemia. Macau tem então dado passos sólidos nesse sentido.

O sector do turismo está a recuperar a ritmo acelerado e os outros estão a regressar rapidamente à normalidade. Porém, ainda é necessário prestar atenção ao problema profundo da estrutura económica pouco diversificada de Macau. Assim, há que insistir na adopção da estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada “1+4”, acelerando a optimização da estrutura industrial e promovendo o desenvolvimento de qualidade da indústria integrada de turismo e lazer, de acordo com o objectivo de construir um centro mundial de turismo e lazer. Há ainda que aproveitar as oportunidades da nova era, empregando mais esforços para atrair investimentos e incentivar mais empresas nacionais e estrangeiras a entrarem na Zona de Cooperação Aprofundada, a fim de promover o desenvolvimento acelerado das quatro principais indústrias. Para além da promoção do desenvolvimento da diversificação adequada e de alta qualidade da economia, Macau deve participar activamente no desenvolvimento da Grande Baía e integrar-se melhor no desenvolvimento nacional.

Ademais, há que continuar a empregar esforços na melhoria da vida da população, promover o desenvolvimento social saudável e equilibrado, e consolidar, continuamente, os resultados da boa governação, de modo a garantir a implementação estável e duradoura do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 18.05.2023

Empregar esforços para Macau ser uma zona piloto do aprofundamento do intercâmbio e aprendizagem entre civilizações

No relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, o Secretário-Geral Xi Jinping afirma o seguinte: “Promover a convicção e o fortalecimento da cultura e acrescentar novos esplendores à cultura socialista”, e enfatizou que “precisamos de aprofundar o intercâmbio e a aprendizagem entre as civilizações e promover uma melhor apresentação da cultura chinesa ao mundo.” Na Reunião de Alto Nível para o Diálogo entre o Partido Comunista Chinês e os Partidos Políticos do Mundo, o Secretário-Geral sublinhou que “devemos promover, em conjunto, a valorização da herança e inovação civilizacionais, explorando plenamente os valores históricos e culturais dos diversos países, promovendo a transformação criativa e o desenvolvimento inovador da excelente cultura tradicional de todos os países no processo de modernização”, apontando também que a observação de outras civilizações também é benéfica para o auto-aperfeiçoamento”.

Ao longo da história do intercâmbio entre civilizações, Macau, nos tempos recentes, tem um contexto histórico e um espaço de demonstração únicos sobre o tema “aprofundar o intercâmbio e a aprendizagem entre civilizações”. As diferentes raças, religiões e valores conseguiram conviver em harmonia, e esta característica mantém-se até hoje. A Comissão de Trabalho Conjunta de “Uma Base” foi criada pelo Ministério da Cultura e Turismo e pelo Governo da RAEM, com o objectivo de implementar as políticas e medidas do Governo Central relativas à construção de Macau como “uma base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promova a coexistência de diversas culturas”.

Quanto a este tema, tenho três sugestões:

1. Empregar esforços para Macau ser uma zona piloto do aprofundamento do intercâmbio e da aprendizagem entre civilizações

Em articulação com os objectivos estratégicos culturais do País, devemos considerar “Uma Base” como um bom posicionamento no planeamento do desenvolvimento da Grande Baía, satisfazer as necessidades do País e potenciar as vantagens próprias de Macau. Devemos trabalhar em conjunto com o Interior da China para planear diferentes actividades e projectos, com base em Macau, e expandir, em conjunto, o intercâmbio com o exterior, tendo como objectivo nuclear “aprofundar o intercâmbio e a aprendizagem entre civilizações”. Devemos tomar a cultura como ponto de partida, com a forma de narrativa chinesa, destacar a aprendizagem entre as civilizações, promover a construção de uma comunidade de destino comum da humanidade, e mostrar os novos sucessos da prática “Um País, Dois Sistemas” em Macau.

2. Aproveitar o desenvolvimento de “Uma Base” para impulsionar o desenvolvimento de “Um Centro” e “Uma Plataforma”

Através do apoio e assistência dos respectivos ministérios e comissões nacionais, vamos desenvolver, sistematicamente, projectos de cooperação com os países ao longo do percurso de “Uma Faixa, Uma Rota”, organizando localmente e no exterior actividades culturais, exposições e fóruns, para o turismo ser impulsionado pela cultura, a economia impulsionada pelo turismo e o desenvolvimento promovido pela economia, para a interacção entre “Uma Base”, “Um Centro” e “Uma Plataforma”.

3. Promover um estudo aprofundado da relação entre a história, a geografia e a civilização de Macau, e unir as forças do amor à Pátria e do amor a Macau

Através de estudos e exposições, os resultados serão transformados em recursos educativos para melhorar a qualidade humanística de Macau, alargar horizontes e cultivar nos jovens o amor à Pátria e a Macau, dando assim um novo impulso à implementação estável e douradora do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

Em Outubro do ano passado, numa intervenção antes da ordem do dia, disse que num cenário de aprendizagem entre civilizações, Macau tinha duas grandes oportunidades para servir o País. A primeira foi a chegada a Macau do académico Mateus Ricci, altura em que se abriu a porta ao intercâmbio cultural entre a China e o Ocidente, e a segunda é agora, é o presente, ou seja, após o retorno à Pátria. Na altura, eu disse que a primeira oportunidade foi uma casualidade da história, mas hoje, após o retorno à Pátria, são as gentes de Macau que devem tomar a iniciativa de aproveitar a segunda oportunidade. Gostaria de reiterar o meu apelo para se integrar o desenvolvimento nacional e assegurar o desenvolvimento sustentável da cultura de Macau. Exorto a sociedade a considerar, em conjunto, o nosso papel e as nossas responsabilidades na implementação da estratégia cultural do País.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Pang Chuan e Kou Kam Fai em 18.05.2023

Dar atenção ao crescimento físico e mental dos jovens e incentivá-los a aproveitar bem os tempos livres

No relatório do 20.º Congresso do Partido Comunista da China, o Presidente Xi Jinping afirmou: “o País será forte se a juventude for forte. Os jovens chineses contemporâneos nascem num tempo oportuno, pois existe um palco enorme para desenvolverem os seus talentos, e as perspectivas para a realização dos seus sonhos são bastante brilhantes”. Estamos numa época de ouro para os jovens de Macau mostrarem o seu talento e darem o seu contributo, e esta época coincide com o processo da concretização do grande objectivo de fortalecimento do País e rejuvenescimento nacional. A nova geração, enquanto promotora da construção da Zona de Cooperação Aprofundada e da Grande Baía e impulsionadora da diversificação adequada da economia de Macau, deve assumir as responsabilidades e missões desta era, elevando-se a si própria e fazendo isto de geração em geração, no caminho para a concretização do grande renascimento da Nação Chinesa.

O Governo tem dado grande importância ao crescimento e desenvolvimento dos jovens e a “Política de Juventude de Macau (2021-2030)” tem como conteúdo principal o apoio aos jovens para obterem sucesso e se tornarem quadros qualificados. O Verão está prestes a chegar, e Macau vai receber o primeiro Verão após a epidemia, portanto, esperamos que os jovens aproveitem bem os seus tempos livres e esta oportunidade. Este ano, vão ser retomadas todas as actividades de férias, e os alunos podem ainda participar no programa “Ocupação de Jovens em Férias 2023”, organizado pelo Governo. Este programa proporciona aos jovens estudantes acções de formação e estágios de curta duração, ajudando-os a integrarem-se na sociedade e a aumentarem as suas competências durante o estágio. Mais, o Governo, em cooperação com os serviços públicos e várias empresas do Interior da China, lançou vários planos de estágio no Interior da China para os estudantes universitários, nomeadamente, em Pequim, Cantão, Xangai, Jiangsu, e outros locais, e os postos de trabalho abrangem as áreas culturais e recreativas, as tecnologias de informação, a medicina, entre outras.

Tal como referido no poema de Tao Yuanming: “os anos exuberantes da vida não voltarão; a manhã do dia não se repete. Aproveita o teu tempo e prepara-te, pois o tempo não pára para esperar por ti”. Os jovens devem aproveitar bem o tempo e agarrar as oportunidades para participarem activamente em actividades práticas, para alargar os seus horizontes, elevar a sua competitividade e integrar-se melhor no desenvolvimento nacional. Apelamos assim ao seguinte:

1. Unir forças para criar uma nova conjuntura de formação conjunta de quadros. Esperamos, profundamente, que o sector educativo, o Governo e as associações cooperem para reforçar a promoção da participação activa dos jovens de Macau nas actividades práticas das férias de Verão, para desenvolver os trabalhos de formação dos jovens talentos na nova era. Mais, devemos continuar a aprofundar a cooperação entre as escolas e as empresas, e a desenvolver as actividades sobre “a entrada de empresas nas escolas”,

ajudando os jovens estudantes a obter uma inspiração proveitosa; além disso, face à ocorrência frequente de burlas, temos de combater em conjunto e elevar o alerta e a capacidade de discernimento dos alunos, a partir do ponto de vista da prevenção na educação.

2. Orientar através da educação para formar o espírito de luta dos jovens. O Presidente Xi Jinping sublinhou que “os jovens têm ideais ambiciosos e convicções firmes, sendo a força motriz inabalável para o progresso de um país e de uma nação”, por isso, o sector educativo de Macau deve, tendo em conta a situação actual da vida dos jovens, criar bases sólidas relativas a ideais e convicções para o seu crescimento, orientando-os para serem “jovens lutadores” com ideais e coragem para assumir responsabilidades e capacidade para suportar as dificuldades.

No próximo ano, celebra-se o 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria. Para além de consolidar os trabalhos juvenis desenvolvidos no passado, devemos ser corajosos na exploração e na inovação, e fazer bem, reforçar e expandir os trabalhos na área da juventude, para formar jovens talentos que tenham em mente o País e o mundo. Espero que se possa dar uma resposta satisfatória em 2024.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 18-05-2023

Aumentar a transparência do PIDDA e reduzir as dúvidas da sociedade

Há dias, o Governo divulgou, repentinamente, o projecto de construção de “Edifícios Habitacionais para Especialistas”. Os Serviços de Obras Públicas fizeram uma breve apresentação, divulgando a finalidade do projecto, que se destina à articulação com a conclusão e entrada em funcionamento das instalações ao redor, a área do terreno, os custos de construção e o prazo de execução, não adiantaram mais nada. Como o Governo não tinha divulgado nada antes, nem incluiu este projecto nas LAG para 2023, a comunicação social e a sociedade ficaram com muitas dúvidas sobre este projecto repentino.

Alguns dias depois, em resposta à comunicação social, os Serviços de Saúde afirmaram que o projecto dos edifícios para especialistas tem a ver com a articulação com o desenvolvimento do Centro Médico de Macau do Peking Union Medical College Hospital, no Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas.

Objectivamente falando, é razoável proporcionar alojamento aos especialistas em causa, mas, de acordo com a prática habitual, os dormitórios e os referidos edifícios deviam ser incluídos no Hospital das Ilhas, até para facilitar a gestão quer das entradas e saídas quer dos dormitórios dos trabalhadores. Segundo os dados do PIDDA, o Hospital das Ilhas dispõe de um edifício residencial para os seus trabalhadores, orçado em mais de 700 milhões de patacas, e como é evidente, as instalações comunitárias de Seac Pai Van estão mais amadurecidas, então, por que razão é que as habitações para os especialistas e os dormitórios para os trabalhadores não foram uniformizados? É difícil as autoridades justificarem-se!

Para além disso, Macau tem falta de terrenos e os custos de construção e gestão de residências não são baixos, por isso, depois do retorno à Pátria, com excepção do campus da Universidade de Macau, já quase não se constroem residências para trabalhadores em Macau; os apartamentos de luxo e de grande dimensão são arrendados em grande quantidade e a preços acessíveis, portanto, era melhor alterar o subsídio de renda, a relação custo-benefício seria mais evidente! Segundo os planos do Governo, os “Edifícios Habitacionais para Especialistas” só vão entrar em funcionamento em 2026, o que significa que, quando o Hospital das Ilhas entrar em funcionamento, os especialistas destacados não vão conseguir alugar-se nesses edifícios. O Governo deve divulgar os dados relativos à análise do projecto em causa e ponderar seriamente sobre a sua concretização.

Por último, tenho de salientar que segundo o artigo 13.º da Lei n.º 15/2017 (Lei de enquadramento orçamental): *“no Orçamento respeita-se o princípio da publicidade e da transparência; os serviços e organismos do SPA procedem, de forma abrangente, correcta e atempada, à publicitação da informação sobre a execução e a alteração orçamentais, bem como sobre as contas finais.”*

O PIDDA faz parte integrante da lei do orçamento e contém todos os elementos dos projectos e programas de investimento do Governo, incluindo a necessidade de inscrição do projecto, a finalidade, os itens, o prazo de execução, e o orçamento anual e global, entre outros. No entanto, estas informações só são disponibilizadas aos deputados e não à sociedade.

No Programa Político Eleitoral de 2019, o Chefe do Executivo refere expressamente que vai *“promover a transparência dos assuntos administrativos, com vista a elevar o nível de decisão do Governo”*. Na sessão de perguntas e respostas em Novembro de 2021, apresentei ao Chefe do Executivo a seguinte questão sobre a total transparência das informações do Governo: por que razão é que, aquando da apreciação da proposta de orçamento, cada deputado recebe um conjunto extenso de informações complementares, com mais de 1300 páginas, mas o público só consegue aceder à nota justificativa, com meia dúzia de páginas, e ao articulado composto por 29 artigos, publicado na respectiva página electrónica? Após a aprovação na especialidade da proposta de orçamento, o público só pode consultar o “Orçamento ordinário integrado” e o “Orçamento agregado dos organismos especiais e o orçamento agregado de investimento dos organismos especiais” do ano económico em causa, através dos documentos anexados à lei publicada na página da Imprensa Oficial. É lamentável que o Chefe do Executivo não tenha dado uma resposta directa sobre a possibilidade de tornar o PIDDA público.

O “Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas” é outro exemplo. No relatório das LAG para 2023 não se menciona a construção dos tais edifícios para especialistas, mas o projecto foi inscrito no orçamento do PIDDA para o ano financeiro de 2023, incluindo a necessidade de inscrição do projecto, a finalidade, o prazo de execução (2023-2026) e o valor orçamentado de 537 milhões de patacas. Se o PIDDA fosse divulgado nos termos da lei, a sociedade podia saber, com mais antecedência, as razões da construção dos referidos edifícios, e também podia, com tempo, discutir sobre a racionalidade da necessidade do projecto. É possível evitar que a sociedade só fique a saber dos projectos, que nem foram suficientemente discutidos na sociedade, à posteriori, e evitar situações de confronto com tudo já feito e de desperdício de recursos, que só afectam a imagem e a credibilidade do Governo!

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 18.05.2023

Aperfeiçoar a construção do governo electrónico e concretizar bem a interconexão de dados

Nos últimos anos, o Governo empenhou-se no aprofundamento da construção do governo electrónico e no reforço da eficiência dos trabalhos de cooperação interdepartamental, e lançou, nomeadamente, a “Conta única”, que disponibiliza à população 180 funções e serviços electrónicos, abrangendo vários assuntos sociais e da vida da população. Nas LAG também se refere que este ano, com base na “Conta única” 2.0, o Governo vai lançar serviços electrónicos mais eficientes e convenientes para o nascimento e o casamento, permitindo aos cidadãos tratar de uma série de assuntos através de um único pedido, reduzindo, de modo significativo, o tempo de tratamento.

Na realidade, com o rápido desenvolvimento tecnológico, o governo electrónico de Macau tem vindo a proporcionar aos cidadãos mais serviços convenientes e os mais procurados, e as expectativas da população em relação ao governo electrónico têm vindo a aumentar. A necessidade de tratar de assuntos em vários serviços públicos demonstra, cada vez mais, as insuficiências dos serviços interdepartamentais. Assim, o Governo deve realizar bem a coordenação e aplicar melhor as tecnologias digitais, acelerando o lançamento de serviços electrónicos mais eficientes e convenientes, a fim de poupar o tempo, a energia e os custos dos cidadãos no tratamento dos assuntos, elevando a eficiência dos serviços. Deve ainda aproveitar as experiências obtidas na cooperação com o Alibaba, criando uma plataforma básica, e estabelecendo normas e critérios para os projectos como “serviços electrónicos mais eficientes e convenientes” e “plataforma de serviços comerciais”. Tendo como ponto de partida serviços electrónicos mais eficientes e convenientes, há que promover ainda mais a reforma e o aperfeiçoamento do governo electrónico entre vários departamentos, e continuar a lançar serviços electrónicos mais eficientes e convenientes para os assuntos que envolvem vários serviços públicos, com alta dificuldade de coordenação e grande procura por parte dos cidadãos, para resolver efectivamente o problema de os residentes terem de se deslocar várias vezes aos diversos serviços públicos, e elevar globalmente a eficácia da acção governativa.

A longo prazo, à medida que a situação da cibersegurança a nível internacional se torna cada vez mais grave e complexa, as necessidades relativas à salvaguarda da segurança de dados são cada vez maiores. O Governo da RAEM respondeu, recentemente, a uma interpelação escrita minha, afirmando que já tinha concluído os estudos sobre a “recuperação após desastres na computação em nuvem” e estava a proceder à análise dos respectivos estudos. Assim, espero que o Governo crie, quanto antes, um plano de “recuperação” integrado com boa capacidade, de elevada confidencialidade e escalabilidade, para salvaguardar a partilha e a gestão dos recursos de dados e combater eficazmente os riscos, as ameaças e os ataques cibernéticos, em articulação com o desenvolvimento, a longo prazo, da construção da Macau “Inteligente+”.

Com a conclusão em breve do “Novo Bairro” em Hengqin, e o crescimento e desenvolvimento contínuo das 4 grandes indústrias na Zona de Cooperação Aprofundada,

prevê-se que vão ser cada vez mais os residentes e as empresas de Macau a deslocarem-se para lá. Os dados são um importante suporte para o desenvolvimento socioeconómico e a vida da população. A exploração da interligação e interconexão de dados entre as duas regiões e a elevação da aplicabilidade dos dados transfronteiriços são medidas cruciais e necessárias para a promoção da “integração Hengqin-Macau”. O Projecto Geral da Zona de Cooperação Aprofundada refere o desenvolvimento de um projecto-piloto relativo à gestão da segurança da Zona na transmissão transfronteiriça de dados. Durante o debate das LAG, o Secretário afirmou que, no futuro, vai ter de resolver o problema da interligação e interconexão de dados na Zona através de uma legislação independente, em prol de um eficaz e seguro fluxo de dados. Por isso, o como resolver os problemas de regulamentação, aplicação, fiscalização e protecção dos dados transfronteiriços é uma questão difícil para o desenvolvimento integrado das duas regiões. Espero que o Governo promova, quanto antes, os respectivos estudos legislativos; salvaguarde a legalidade do desenvolvimento transfronteiriço de dados entre as duas regiões; e promova a circulação transfronteiriça de informações dos residentes e das empresas, para que os critérios de gestão de dados das duas regiões estejam no mesmo nível, facilitando a integração dos residentes e das empresas no desenvolvimento de Hengqin.